

## **Reflexões sobre avaliação e sistematização no contexto do desenvolvimento social: uma conversa com Cristina Meirelles\* e Rogério Renato Silva\*\*.**

(mediação: Rita Monte, do Instituto Fonte)

### **A experiência de Cristina Meirelles conceitua “sistematização”**

CM:

Ao longo dos anos, participando de histórias da prática social, observando conteúdos, reflexões e aprendizagens que poderiam ser socializadas e debatidas de maneira coletiva, fui me dedicando à tarefa de propor processos de reflexão sobre a prática. Chamava essa tarefa de sistematização. A partir daí entrei em contato com as reflexões latino-americanas a respeito da sistematização de experiências e foi assim que tudo começou.

A sistematização tem origem na América Latina, no final da década de 70 e início dos anos 80. A origem dessa proposta coincidiu com o movimento de democratização, de resistência às ditaduras instaladas. Era época do movimento de libertação da Nicarágua, dos mineiros da Bolívia... e a sistematização aparece como uma contraposição às pressões, por parte dos financiadores internacionais, por avaliações – que vinham de cima para baixo, na vertente positivista, o que não combinava com as propostas dos movimentos sociais daquela época. A sistematização surge como uma forma de resistir a isso, procurando partir de outras premissas, mais calcadas na educação popular. Buscava-se resistir à avaliação tradicional, com a idéia básica de refletir a prática, de maneira a contribuir com a própria prática, mais que ajudar aos financiadores.

### **Os caminhos da avaliação para Rogério Silva**

RS: A minha história com avaliação vem desde o movimento estudantil em Londrina, quando a gente dizia “vamos fazer análise de conjuntura”, que era um jeito pouco estruturado de fazer diagnóstico e planejamento. Quando terminei a graduação e vim para São Paulo estudar saúde pública (para fazer uma especialização em gestão e planejamento) – e avaliação já era um conceito colocado nos ciclos de gestão desses tipos de curso –, comecei a trabalhar um pouco ainda misturado ao movimento sindical. Meu primeiro ano em São Paulo foi trabalhando no campo de interlocução entre vários conselhos e sindicatos que se interessavam pela questão dos medicamentos, e logo na seqüência tive a oportunidade de trabalhar com pesquisa no IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), em pesquisa e avaliação da qualidade de produtos e serviços da área de saúde. Foi quando me defrontei com a avaliação, ainda sem saber muito o que era. Fui aprendendo um monte de coisas, fazendo mestrado ao mesmo tempo e em 1997 pude participar de um curso de avaliação nos EUA – a Fundação Kellogg apoiou um grupo de pessoas para passar pouco mais de um mês em uma universidade, estudando com pessoas bem importantes da área de avaliação no país –, e foi quando tive contato mais profundo com o tema. Quando voltei de lá, fui para um congresso de Atenção Primária à Saúde em Cuba apresentar um trabalho de avaliação da questão de uso de medicamentos no Brasil que eu tinha feito no IDEC. Lá conheci algumas pessoas do Programa Saúde da Família (PSF) do Brasil, do grupo do Davi Capistrano, que estava implantando o PSF na zona Sudeste de São Paulo (Sapopemba, Pq São Lucas) e que, em 1999, me convidou para ser gestor de uma das unidades de PSF, para ajudar a implementar o programa.

Fiquei, então, por quase 4 anos na Fundação Zerbini, trabalhando nessa área, com PSF. Em 2000, já estava indo para o doutorado e o Instituto Fonte me convidou para fazer a avaliação de um de seus programas, o Programa Gestão, um dos primeiros da organização. Foi quando comecei a trabalhar mesmo na área de avaliação e desse processo para frente foram vindo vários outros, de modo que me desliguei da Fundação, fiquei um tempo autônomo e depois me vinculei mais diretamente ao Fonte. Segui trabalhando, fiz vários tipos de avaliação, vários tipos de desenhos, de jeitos de fazer nesses últimos anos, inclusive me envolvi muito na Rede Brasileira de Avaliação, junto com a Cristina. Mais nos últimos 3 anos é que tenho olhado mais para o conceito de sistematização, e no fundo ainda procuro entender um pouco melhor quais são as diferenças entre sistematização e avaliação, em que medida elas existem ou não, a depender do tipo de avaliação do qual você está falando.

### **Tipos de avaliação? Tipos de sistematização?**

RS: Não tem jeito de fazer uma classificação que possa dar conta de abraçar todos os tipos de avaliação: existem avaliações de todas as formas, de todos os tipos de processos, sejam eles sociais

ou não. Mas quando preciso fazer uma síntese, recorro sempre a uma classificação que o House fez, um dos autores americanos referência da área, em que são identificadas 6 grandes escolas: avaliação centrada nos objetivos; centrada nas necessidades gerenciais; centrada em consumidores; centrada em especialistas; centrada em opiniões contrárias/adversárias e avaliação participativa – a natureza dessa última classificação, para mim, fica um pouco difícil porque a participativa pode ser todas as outras, mais como uma premissa fundamental de que os sujeitos envolvidos têm um papel privilegiado nessas avaliações, são eles que ajudam a construir critérios, juízos de valor, tomam decisões a partir do que foi feito da maneira mais participativa possível. No fundo, essa escola de avaliação mais parece um valor que um método.

### **Avaliação e sistematização alimentam uma à outra**

CM: Acredito que a avaliação formativa e participativa é a que mais se aproxima da sistematização.

RS: Eu também acho que aí é o principal ponto de diálogo entre avaliação e sistematização. Os processos participativos são entendidos como processos que lidam melhor com pluralismo de valores porque se trabalha a partir de diversos sujeitos da prática, com perguntas que estão quentes para as pessoas, que fazem sentido para as pessoas, muitas vezes não são as perguntas que estão no objetivo, que estão no papel – isso muda mesmo ao longo do percurso – e acho que tem uma premissa fundamental de aprendizagem, associada a essas avaliações de processo, que não necessariamente é uma premissa que se aplica a todos os outros modelos, que são muito mais decisórios que de aprendizagem, se é que é justo fazer essa divisão... mas é onde as participativas se relacionam com sistematização ...

CM: Tenho trabalhado, em minha prática atual, com avaliação e sistematização de forma conjunta. O melhor é quando eles podem acontecer juntas. E quando isso é possível, o que procuro fazer é refletir de uma forma simples sobre os pressupostos conceituais, porque acho que isso é que sustenta o processo. Então pergunto: a quem os processos servem? Qual o objetivo, quais os sentidos que as pessoas estão atribuindo aos processos de avaliação e de sistematização? Pode ser participativo? Considera o sujeito? Tem uma intenção de reflexão, de formação? Quando isso combina, fazer junto é ótimo, mas faço de fato as duas coisas, uma avaliação e uma sistematização. O que aproveitamos no percurso são os instrumentos, que são muito similares: entrevista, reconstituição da história, grupo focal... usamos os mesmos instrumentos. Então a classificação que o Rogério traz é interessante mas eu acho que a gente precisa só questionar e pensar sempre isso: quais são os princípios que estão por trás de cada um, da avaliação e da sistematização.

### **Sistematização de experiências**

CM: A prática da sistematização no Brasil, vem aumentando, entretanto, nem sempre é uma sistematização de experiências. É possível sistematizar informações, dados.. toda avaliação implica uma sistematização, uma pesquisa implica uma sistematização. Mas aqui estamos falando de uma sistematização particular: é uma sistematização de experiências. , E não é de qualquer experiência: é uma sistematização de experiências relativas à prática social. Avaliamos qualquer coisa, pesquisamos e investigamos qualquer coisa, e na sistematização não, só há sistematização de experiências da prática social, portanto, experiências que têm o objetivo de transformar a sociedade. É esse o olhar, é essa a expressão própria que tem a sistematização.

RS: É, acho que as pessoas associam sistematização com organização, e isso não pode ser entendido como sinônimo... acho que tem uma armadilha aí no conceito de sistematização porque por uma questão de linguagem a gente pensa de sistematização isso: dar um caráter sistemático, enxergar qual é o sistema, um pensamento meio burocrático, organizador, organizacional... mas o conceito de sistematização do jeito que ele surge, principalmente na América Central, não vem imbuído desse negócio.

CM: Não vem mesmo. A palavra não ajuda: não é você partir da lógica de sistema e não é você sistematizar qualquer coisa. E tem objetivos diferentes. Sistematizar informações, ajuda imensamente o processo de sistematização de experiências. Ajuda,mas não se restringe a isso.

O que eu venho discutindo é o quê sistematizar, qual o objeto do processo de sistematização. Não vejo essa questão com muita ênfase na avaliação. No processo de sistematização é sempre preciso discutir o que está sendo considerando prioritário naquela experiência. Estou trabalhando com a idéia de que você sistematiza metodologias, que é aquilo que pode servir de referência para outros. Então,

p.ex., um conjunto de pequenos produtores rurais desenvolveu uma forma de construir uma vida de subsistência com participação e autonomia. A maneira como eles aprenderam, como eles fizeram, o que deu certo, o que deu errado, o que foi bom, o que construíram de conhecimento, o que daí pode servir para outro são conteúdos fundamentais, talvez menos a experiência inteira, tal como ocorreu, e mais o processo, o caminho que levou àquele resultado. Neste caso, não estou falando de experiência exitosa, e essa já é uma diferença com a avaliação, porque às vezes o resultado da sistematização pode ser ótimo se a experiência não deu certo. Exatamente porque ela não deu certo, ela gera uma quantidade de reflexões que podem servir a outros – o princípio do aprender com o erro.

RM: Dentro dessa visão de produto da sistematização – uma metodologia sistematizada – , que pode ser aproveitado por outros grupos que querem realizar a mesma coisa, como fica a questão dos processos de desenvolvimento individuais/dos grupos, que são bem particulares? Como se dá a questão do fator de absorção de conhecimento por parte de outros indivíduos e grupos? Esse fator entra em algum momento da produção da sistematização?

CM - Veja, isto sempre aconteceu na história da prática social, mas de modo muito informal. P. ex.: há uns anos, uma senhora se aposentou e resolveu montar uma creche. O que ela faz? Ou ela reinventa toda a história da creche de novo e passa rapidamente pelo processo que todo mundo passou – passa pelo assistencialismo, pela cesta básica, por não ter um projeto pedagógico, chama pai para discutir piolho, que é o que acontecia há 30 anos. E essa experiência de 30 anos atrás nunca teve sistematização disponível. Como é que essa senhora aprende? Ela vai pelo informal da área social: buscando quem já fez. Se ela der sorte e encontrar a “a pessoa certa”, aprende a partir da prática. É assim que acontece, assim que sempre aconteceu, todos nós fazemos isso.. Eu mesma, que estou tentando montar uma organização, estou fazendo a mesma coisa. A sistematização propõe outro jeito:: por que não refletimos, organizamos, compreendemos que a nossa prática é conhecimento? Não é ciência, não é conhecimento científico, mas é o conhecimento prático, real, concreto. E porque isso não está organizado, refletido, de maneira que fique disponível para outros? Agora, também não faz sentido para alguém aprender com a experiência do outro, a não ser que esse alguém sinta necessidade...

RS: A não ser que a pergunta dele encontre resposta no que está sistematizado...

### **Diferenças e aproximações**

RS: Existem avaliações em que pode haver uma pergunta avaliativa que vai justamente na natureza de querer saber qual é o conceito que está por trás da prática, que método está sendo utilizado, que sentido esse método tem, que tipo de aprendizagem ele está gerando para as pessoas, o que dele pode servir de referência para outros trabalhos... então existem processos de avaliação que podem existir a partir de perguntas muito semelhantes às da sistematização, que eu acho que é onde os processos se encontram mesmo. Acho que é onde não há separação. Isso para escolas de avaliação que trabalham com um pouco mais de liberdade com o que se tem como premissa fundamental para processos de avaliação, que é sempre essa história de olhar, de construir julgamentos a respeito do mérito e da relevância das coisas – o mérito no sentido de saber se tem razão de existir, se é oportuno, se é coerente com o entorno social, se está articulado de um jeito sustentável. Também, essa história da relevância – que é “que diferença isso faz no mundo?” – você pode ter tudo otimamente bem arquitetado, mas na hora de ir para a prática, não se obtém um resultado que valha a pena ou que tenha custo efetivo etc. Por outro lado, há modelos de avaliação que admitem não trabalhar com isso, ou seja, posso fazer perguntas que querem saber qual é o método, o que está por trás, o que de fato embasa a prática das pessoas. Elas têm a ver com o mérito do projeto/programa, mas não necessariamente precisam chegar a um julgamento – e aí eu vejo muita semelhança com sistematização, embora aí haja uma questão que, para mim, ainda não é clara: será que de fato é possível fazer um processo de sistematização sem inserir um juízo de valor em várias questões perguntadas?

CM: Avaliação, então, o Rogério definiu. Sistematização eu quero definir: é uma forma de aprender com a própria prática. Sistematização de experiências é uma forma de produzir conhecimento sobre a ação que se faz na realidade social. Acho que existem muitas interfaces da avaliação com a sistematização, não necessariamente com todas as formas de avaliação, , mas se aproximam, não só isso, têm interface também na estratégia, na forma de fazer.; mas há uma diferença fundamental que é a própria definição. Então o Rogério diz: avaliação atribui valor, julga e busca mérito. A sistematização não tem esse objetivo. A grande diferença é o objetivo: a avaliação, bem ou mal, trabalha com resultados, sejam resultados quantitativos ou qualitativos. A sistematização parte de

outra perspectiva, essa é uma primeira diferença. A segunda é o objeto: não sistematizamos qualquer coisa, sistematizamos experiências sociais que buscam a transformação social. E a terceira já falamos, é o marco conceitual. Com algumas correntes de avaliação como o Rogério trouxe, há um pressuposto conceitual parecido... e de outras, a sistematização se diferencia radicalmente. Então, são esses três pontos. Agora, eu tenho uma questão para o Rogério: quando a sua forma de entender avaliação cada vez mais tenta relativizar a questão do julgamento, da valoração, eu fico me perguntando se continua sendo avaliação, se já não é sistematização...

RS: Não sei. É uma boa pergunta e, principalmente mais nos últimos processos em que eu tenho trabalhado, tenho tentado enfrentar essa questão de construção de elementos que ajudem a julgar o mérito e a relevância dos projetos. Porque eu tenho tido uma compreensão de que há uma espinha dorsal, há elementos sem os quais não adianta discutir porque não é avaliação: mérito, valor e significância que, aqui, traduzimos como mérito/relevância. E eu estou observando os processos, trabalhando com as pessoas e entrando nos debates, e tenho entendido que, ao mesmo tempo que olhar para mérito e relevância atrai muito as pessoas e parece ser muito importante, também todo mundo morre de medo disso porque parece que quando você olha para mérito – e essa coisa do valor intrínseco e da relevância no campo – é quando você pode enxergar a fragilidade de maneira mais nua.

Então, talvez, fugir desses dois elementos seja de fato fugir de fazer avaliação e aí sim, é fazer várias outras coisas que são fundamentais no campo social, como sistematização, mas não fazer avaliação num sentido mais clássico da palavra. Mas minha questão ainda é: eu acho que mesmo os processos participativos, com muitos atores, muitos interesses, muitas disputas, muito debate conceitual, podem olhar para mérito e relevância. Assim, acho que não precisa ser um processo externo, não precisa ser apoiado num avaliador externo para conseguir olhar para mérito e relevância, isso pode ser feito com auto-avaliação: ao mesmo tempo que considero mérito/relevância muito importante de ser atribuído, acho que eles podem ser atribuídos pelos sujeitos da prática, ninguém precisa vir de fora dizer qual que é o mérito e qual que é a relevância da minha prática... até porque nenhuma prática é individual, a gente está sempre falando de espaços coletivos, então qualquer julgamento individual perde a potência, perde o sentido coletivo, ele é importante mas é restrito, ele não consegue implicar em grandes mudanças, porque essas precisam de grandes articulações. Talvez seja isso: talvez os processos que fujam desses dois elementos não sejam avaliação.

CM: O que eu acho interessante é que no fim, quando começamos a aprofundar, não estamos falando nem de uma coisa, nem de outra. Estamos falando de como é que as pessoas se desenvolvem, como os grupos se desenvolvem, como é que a sociedade funciona, como ela se transforma, que pressupostos, que sonhos, que desejos, que projeto de sociedade temos. Acho que esta é a grande questão subjacente.

### **Mérito? Relevância?**

CM: O que é mérito? É importante, sim, definir mérito e relevância.. Eu trabalho há muito mais tempo com avaliação do que com sistematização, eu continuo fazendo avaliação e acredito nela como uma forma de dar transparência ao que se está fazendo na área social. Mas tem questões mesmo: o que é mérito, segundo quem, quem diz que é isso? Pode ser relevante para a maioria dos sujeitos, mas não para outros. Então como é que a gente discute essa história, o que é relevante...?

RS: Isso se discute com os sujeitos da prática. A avaliação se propõe a tentar construir essas argumentações para mostrar o que é o mérito e o que é relevante a partir de critérios que sejam publicamente conhecidos e no mínimo defensáveis, não é defender por defender... não é uma defesa ideológica, embora essa seja ultra importante, mas muitas vezes ela se esgota na possibilidade de argumentar sobre o que está sendo defendido, atacado, enfim, a avaliação se propõe a dar transparência para a construção de julgamentos sobre as coisas. Há pessoas que dizem: "avaliar é conhecer", até mesmo o Daniel Brandão (consultor do Fonte) fala isso no site (ver <http://www.fonte.org.br/>) ... será que é verdade? É também conhecer, mas acho que o conhecimento também se dá por outras maneiras que não pelo mecanismo de atribuição de juízo de valor a respeito de uma coisa... então há muitas possibilidades aí colocadas, na verdade este é um campo muito polissêmico, tem muitos conceitos usados e acho que é bem difícil navegar em meio a tantas coisas: é diagnóstico, é avaliação de marco zero, é avaliação de linha de base, é avaliação de processo, de resultado, tem a somativa, a formativa, a participativa, por objetivo e por aí vai... acho que talvez a gente esteja perdido em meio a tantos conceitos. O que implica que a gente está

precisando debater muito mais para ir, de fato, construindo mais segurança, acordos, em relação ao que são as coisas...

CM: O que eu tenho feito na minha prática, Rogério, em relação a isso, é não me importar muito, não com rigidez, sobre os caminhos a serem trilhados. Eu uso aquele que o grupo em questão tem afinidade. Acho que estou a minha vida inteira fazendo a mesma coisa, não importa como chama: se eu conseguir fazer naqueles princípios que a gente já falou, não importa muito como chama. Acho que você tem razão sim, a gente precisa melhorar nossa compreensão, mas talvez a gente precise parar de dar tanta importância a isso e olhar na prática o que me serve melhor, o que está mais coerente com aquele grupo específico.

RS: Talvez você esteja dizendo que o ponto de princípio, e aí eu concordo muito com você, é "que perguntas que o grupo tem", e aí as perguntas é que vão dirigir um pouco as coisas.

CM: Eu diria – e aí também já é uma coisa que eu aprendi com a sistematização – que a "multiperspectiva" é fundamental: o financiador, o beneficiário, o prefeito daquela cidade.. Mas isso também acho que é uma discussão para outro momento.

Só queria acrescentar que a sistematização, além das interfaces com a avaliação, a investigação, a pesquisa, também se aproxima das metodologias de formação de profissionais.

RS: Via educação popular, via problematização... realmente. A primeira experiência de sistematização que conheci foram duas sistematizações feitas pela Laura Feuerwerker, professora da Universidade Federal Fluminense. Ela trabalhou nos processos de sistematização do Programa Uni da Fundação Kellog e da iniciativa de nutrição da FK da América Central. Laura trabalhou com o conceito de sistematização sendo o produto da problematização da prática das pessoas, e aí vai muito na direção freireana, e o método era basicamente isso: era ler, discutir e problematizar alguns documentos, reunir pessoas, olhar para casos, olhar para avanços, retrocessos, problematizar conceitos que estavam sendo usados, entender o que estava por trás da prática das pessoas e construir referenciais do que serviu, do que não serviu, do que avança, do que não avança e assim por diante.

### **Por que querer uma sistematização?**

RM: Quais são os impulsos que levam à sistematização da experiência? Quais as características dessa demanda?

CM: Isso é tão variado.. há desde objetivos de querer refletir mesmo sobre o que você aprendeu, o que você não aprendeu, de maneira que isso volte, aprimore.

RM: Por que uma pessoa quer uma sistematização e não uma avaliação?

CM: Acho que é uma questão de moda...

RS: Pois é, eu acho que isso não está claro no setor. Parte é isso mesmo..

CM: Varia entre: qualificar, aperfeiçoar sua prática.

RS: Ou seja: idem para avaliação.

CM: Divulgar – tem gente que faz isso para divulgação, "disseminação e reedição da experiência".

RS: Idem.

CM: O importante é considerar que produzimos conhecimento a partir da prática e que este conhecimento sistematizado, refletido, é a tradução do projeto local para o total, citando Boaventura Souza Santos, quando ele discute que existem novas maneiras da sociedade se organizar atualmente e à essas novas maneiras devem corresponder novos modos de se produzir conhecimento, não se pode ficar com as antigas formas numa sociedade que mudou. E dentro das premissas do "Conhecimento prudente para uma vida decente" (à venda na Livraria Fonte), uma delas é essa – o projeto de conhecimento é um projeto local: aquela população, aquele grupo, aquele contingente de pessoas resolvendo uma determinada situação é sempre conhecimento sendo produzido. O trânsito – o que ele chama de tradução e trânsito – eu estou chamando de sistematização. Organiza, sistematiza e reflete de maneira que transite e sirva a outro.

RS: Interessante porque se você pega o referencial que a gente usa aqui no Fonte – um pouco do Colby e do James Taylor, de ação-aprendizagem: ação, reflexão, aprendizagem e planejamento para agir de novo – e se você olha um pouco as etapas dentro de cada um desses 4 campos, a lógica é radicalmente essa, de construção endógena de conhecimentos para lidar melhor com a situação como ela se apresenta. É outra história, porque ninguém nem usou esse nome – aliás, é em inglês, não

existe esse negócio de “sistematization” ao contrário do que se possa pensar –, inclusive quando a gente comentou com Taylor, há uns dois anos quando ele veio ao Brasil, que se estava discutindo no país sistematização, a gente explicava para ele e ele perguntava: “mas no que isso é diferente da avaliação participativa?”. No fundo tem outras escolas trabalhando com essa construção endógena de conhecimento a partir das próprias experiências para lidar melhor com o que está acontecendo nos processos...

CM: A questão que está em pauta aqui é: como se dá a relação entre sujeito e objeto de conhecimento quando o objeto é o próprio sujeito?

RS: Mas então eu te pergunto: você contratada por um financiador iria sistematizar um projeto social xis para ele?

CM: Claro que sim.

RS: Como? Então não tem sentido... então você admite que a sistematização não é um auto-processo. É um processo exógeno.

CM: Não, você é um facilitador do processo, eu me coloco como facilitadora. RS: Mas é fácil separar o que é uma avaliação externa e o que é uma interna; dá para falar que tem sistematização externa e interna?

CM: Dá, mas os produtores de conhecimento são sempre os sujeitos da prática.

### **Viabilidade da auto-avaliação e da auto-sistematização**

CM: A questão é que não existe tempo pra isso, é mais uma questão estrutural que essencial. Há problemas, tanto na avaliação quanto na sistematização, e acho que isso tem de ser debatido: um deles é que não existe ou existe pouquíssimo recurso financeiro, para esses processos de construção de conhecimento a partir de sistematização e de avaliação, porque grande parte dos recursos, evidentemente, é para sustentar a ação prática. Pouquíssimas agências financiam isso, e é muito difícil a própria ONG mobilizar recursos porque precisa de tempo, precisa de hora do profissional, precisa de dinheiro pra isso. Há uma discussão muito interessante naquele livro do seminário da Abong, “ONGs e Universidades” (à venda na Livraria Fonte), refletindo a ausência absoluta dessa prática autônoma, uma ou outra organização tem. Agora, mesmo que você defenda que há uma produção de conhecimento, que precisa dar transparência, precisa avaliar, precisa formar pessoas, precisa de avaliadores, precisa de sistematizadores, cadê recursos para isso? Porque cada vez mais a prioriza-se a coisa imediata, rápida, que tem resultado logo, que em 3 meses você mostre que resolveu a situação do bairro inteiro l. E acho que a gente tem que lutar, contra uma corrente, não são coisas valorizadas... e também não são valorizadas imediatamente pelos atores da prática.

### **Contribuições da avaliação e da sistematização para o desenvolvimento social**

RS: Acho também que há um conceito que vale a pena buscar referência para fazer um diálogo com o que falamos aqui, que é a tecnologia social. Acredito que tanto as práticas de avaliação quanto as de sistematização estão inscritas em processos de tecnologia social ou no universo da tecnologia social porque são práticas que estão tentando ajudar as organizações a serem mais consistentes, a serem mais efetivas, a amadurecerem, a ampliarem a sua capacidade transformadora, enfim, e ajudarem a construir as coisas, a dialogar melhor com essa questão da formulação de políticas públicas – sobre as quais todos falam o tempo inteiro, ainda de um jeito ingênuo. Então, avaliação e sistematização são centrais no conceito de tecnologia social. Essas duas coisas, para mim, são espinha dorsal do conceito de tecnologia social. Sem investimento em avaliação ou sistematização não se vai desenvolver tecnologia social no Brasil. Não se desenvolveu em lugar nenhum do mundo se não à custa de muita pesquisa – porque investigação social também é muito importante, acho que é um tripé, obviamente ao lado da prática, porque sem ela nada existe.

CM: Além da tecnologia social, que é um conceito mais restrito, a metodologia social. A tecnologia é técnica – como se faz um tijolo, p.ex., que também é importante; a metodologia já é mais ampla: é, além de como você faz um tijolo, como você organiza a comunidade, como é que você trabalha com as pessoas...

RS: É, mas não sei se é assim que o pessoal está trabalhando o conceito de TS... você tem um leque: pode-se pensar em tecnologia como um conceito mais simples, como técnica, ou como estudo da técnica, e aí você engrossa mais o caldo.

RS: A Universidade tem um papel super importante nessa discussão. E acho que quando discutimos TS e fazemos esse debate, quando trabalhamos com avaliação e sistematização que, no fundo, são tentativas também de dar mais seriedade e consistência no campo social, que é o campo que a gente escolheu para viver, a gente acha que precisa intensificar as formas de cooperação e interação com a Universidade. Sinto que isso ainda é difícil, mesmo um conjunto grande de organizações com as quais tenho trabalhado, tanto financiadores quanto organizações: vejo uma distância enorme da Universidade. Acho que o que estamos tentando fazer e propor à Universidade é mudar um pouco essa discussão da extensão universitária e conseguir que a Universidade ao mesmo tempo que estenda um pouco os tentáculos para o campo social, também permita que essas práticas possam entrar lá dentro de um jeito que acho que não tem entrado, ou tem entrado pouco. Uma metáfora que costumo dizer é que eu queria ver mais "invaginação" universitária que extensão. Estamos em busca de parceiros universitários para ampliar esse debate e acho que pode ser uma coisa importante.

\* Cristina Meirelles hoje é consultora de processos autônoma e fundou recentemente a CASA 7 – Memórias e Aprendizagens da Prática Social: uma organização social com foco na produção de conhecimento a partir da prática social. "Nossa idéia é justamente levar tudo isso que conversamos para a prática concreta das pessoas, mobilizando recursos para isso, desenvolvendo esse tipo de processo, dialogando com a experiência".

\*\* Rogério Renato Silva é consultor de processos associado do Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social. Ao longo dos últimos seis anos tem atuado em avaliação de programas sociais e de políticas públicas junto a diversas organizações da sociedade civil e governo.